

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, correspondente ao semestre findo em 31 de dezembro de 2010. Constituído em 26 de outubro de 2009, o Banco Randon S.A., obteve a homologação do Banco Central do Brasil em 14 de dezembro de 2009, após análise do processo de nº 0701396398. Em 20 de julho de 2010 o Banco Randon S.A. deu início às suas atividades operacionais, de acordo com o Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil, realizando operações de crédito e financiamento, mediante a aplicação de recursos próprios, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, com foco principal nas oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários. Março de 2011

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

Ativo	2010	2009	Passivo e patrimônio líquido	2010	2009
Circulante	28.247	25.000	Circulante	1.351	-
Disponibilidades	11	-	Depósitos (Nota 10)	665	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	503	-	Depósitos a prazo	665	-
Aplicações no mercado aberto	503	-	Outras obrigações	686	-
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	18.189	25.000	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	33	-
Carteira própria	18.189	-	Fiscais e previdenciárias	224	-
Vinculados ao Banco Central	-	25.000	Diversas (Nota 11)	429	-
Operações de crédito (Nota 7)	9.448	-			
Setor privado	9.497	-	Não Circulante	4.493	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(49)	-	Depósitos	4.493	-
Outros créditos	76	-	Depósito a prazo (Nota 10)	4.493	-
Diversos (Nota 8)	76	-			
Outros valores e bens	20	-	Patrimônio líquido (Nota 12)	23.987	25.000
Despesas antecipadas	20	-	Capital social	25.000	25.000
Não circulante	1.584	-	Prejuízos acumulados	(1.013)	-
Realizável a longo prazo	990	-			
Operações de crédito (Nota 7)	351	-	Total do passivo e do patrimônio líquido	29.831	25.000
Setor privado	353	-			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2)	-			
Outros créditos	639	-			
Diversos (Nota 8)	639	-			
Permanente	594	-			
Imobilizado de uso (Nota 9)	458	-			
Outras imobilizações de uso	501	-			
Depreciação acumulada	(43)	-			
Intangível	136	-			
Outros ativos intangíveis	151	-			
Amortização acumulada	(15)	-			
Total do ativo	29.831	25.000			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Semestre findo em 31 de dezembro de 2010 e exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e período de 26 de outubro (constituição) a 31 de dezembro 2009 (Em milhares de reais, exceto o Prejuízo por ação - R\$)

	2º semestre de 2010	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010
Receitas da intermediação financeira	1.482	2.913
Operações de crédito	163	163
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.319	2.750
Despesas da intermediação financeira	(243)	(243)
Operações de captação no mercado	(192)	(192)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(51)	(51)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.239	2.670
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.967)	(4.322)
Receitas de prestação de serviços	4	4
Despesas de pessoal (Nota 14)	(1.562)	(2.393)
Outras despesas administrativas (Nota 15)	(1.396)	(1.830)
Despesas tributárias	(84)	(156)
Outras receitas operacionais	103	104
Outras despesas operacionais	(32)	(51)
Resultado operacional	(1.728)	(1.652)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(1.728)	(1.652)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 13)	662	639
Prejuízo do período / exercício	(1.066)	(1.013)
Quantidade de ações no final do período / exercício (nota 11)	25.000.000	25.000.000
Prejuízo por ação - R\$	(0,043)	(0,041)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Semestre findo em 31 de dezembro de 2010 e exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e período de 26 de outubro (constituição) a 31 de dezembro 2009 (Em milhares de reais)

	2º semestre de 2010	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Período de 26 de outubro a 31 de dezembro de 2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Prejuízo do período / exercício	(1.066)	(1.013)	-
Ajuste ao prejuízo:	(539)	(529)	-
Depreciações e amortizações	49	58	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	51	51	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(639)	(639)	-
Variação de ativos e passivos	(1.605)	(1.543)	-
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	8.242	6.811	(25.000)
Aumento em operações de crédito	(9.850)	(9.850)	-
Aumento em outros valores	(20)	(76)	-
Aumento em outros valores e bens	(23)	(20)	-
(Redução) aumento em outras obrigações	(1.268)	686	-
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	(4.524)	(3.992)	(25.000)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Alienação de imobilizado de uso	-	12	-
Aquisição de imobilizado de uso	(120)	(514)	-
Aquisição de intangível	-	(151)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(120)	(653)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:			
Aumento em depósitos	5.158	5.158	-
Aumento de capital	9	9	25.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	5.158	5.158	25.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	514	514	25.000
Caixa e equivalentes de caixa no início do período / exercício (Nota 4)	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período / exercício (Nota 4)	514	514	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

representada integralmente por operações com juros pré-fixados. g) Em 31 de dezembro de 2010 o Banco não efetuou cessões de crédito bem como não ocorreram recuperações de créditos anteriormente baixados como prejuízo.

8. Outros créditos - Diversas

Tributos diferidos (Nota 13)	639
Outros	76
Total	715

9. Imobilizado de uso

	2010	2009	Taxas anuais de depreciação %
Móveis e utensílios e instalações	190	178	10
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	114	101	20
Sistemas de transporte	180	163	20
Outras imobilizações	169	152	10 a 20
Total - 2010	653	594	
Total - 2009	-	-	

10. Depósitos

	Sem vencimento e até 1 mês	De 1 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos	-	-	-	-
Depósitos a prazo	-	665	4.493	5.158
Total	-	665	4.493	5.158

Os depósitos a prazo são remunerados até 101% da taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

11. Outras obrigações - Diversas

Provisão para pagamentos a efetuar	320
Cretores diversos	109
Total	429

12. Patrimônio líquido: a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2010, o capital social é de R\$ 25.000, representado por 12.500.000 ações ordinárias e 12.500.000 ações preferenciais, todas nominativas sem valor nominal. b) **Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404. c) **Dividendos:** As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada período. O dividendo será pago dentro do exercício em que for declarado. d) **Reservas especiais de lucros:** Depois de atendida as demais deliberações da Assembléia Geral, o saldo remanescente, se houver, será levado ao grupo contábil Reservas Especiais de Lucros.

13. Imposto de renda e contribuição social: Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL: A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 15% e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240 no ano, sobre o lucro tributável. Os créditos tributários sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários serão reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. n) **Estimativas contábeis:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são reavaliados a cada trimestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. o) **Demonstração do fluxo de caixa:** A demonstração do fluxo de caixa foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

4. Caixa e equivalente de caixa: Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2010
Disponibilidades	11
Aplicações interfinanceiras de liquidez	503
Re vendas a liquidar - Posição bancada	514
Total	1028

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2010
Re vendas a liquidar - posição bancada	503
Aplicações compromissadas	503
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	503
Total	1509

6. Títulos e valores mobiliários

Composição da carteira	2010	2009
	Valor de mercado	Valor de custo
Carteira própria		
Títulos para negociação		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		
A vencer acima de 12 meses	18.189	18.189
Vinculados ao Banco Central		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		
A vencer acima de 12 meses	-	25.000
Total	18.189	43.189

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA. De acordo com os normativos do BACEN, as aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT e fundos de investimento foram classificados no ativo circulante.

7. Operações de crédito: As informações da carteira são assim sumarizadas:

	2010	%
	R\$	
a) Diversificação da carteira por vencimento:		
A vencer:		
Até 90 dias	6.378	64,75
De 91 a 360 dias	3.119	31,66
Acima de 360 dias	353	3,59
Total	9.850	100,00
b) A composição da carteira de operações de crédito, por tipo de cliente, está assim representada:		
	2010	% sobre total da carteira
	R\$	
Pessoa jurídica	9.813	99,62
Pessoa física	37	0,38
Total	9.850	100,00

c) Diversificação da carteira por nível de concentração:

	2010	% sobre total da carteira
	R\$	
Principal devedor	3.774	38,31
20 maiores devedores	9.621	97,67

d) Composição da carteira por nível de risco:

Nível de risco	Percentual de provisão	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,0%	744	-
A	0,5%	8.002	40
B	1,0%	1.104	11
C	3,0%	-	-
D	10,0%	-	-
E	30,0%	-	-
F	50,0%	-	-
G	70,0%	-	-
H	100,0%	-	-
Total		9.850	51

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2º Semestre de 2010	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010
Saldo no inicial	-	-
Constituição de provisão	52	52
Baixas contra a provisão	1	1
Saldo final	51	51

f) Em 31 de dezembro de 2010, a composição da carteira de operações de crédito estava

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestre findo em 31 de dezembro de 2010 e exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e período de 26 de outubro (constituição) a 31 de dezembro 2009 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total	
	Capital social	Reserva legal	Reservas especiais de lucros	
Integralização do capital (Nota 1)	25.000	-	-	25.000
Saldos em 31 de dezembro de 2009	25.000	-	-	25.000
Prejuízo do exercício	-	-	(1.013)	(1.013)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	25.000	-	(1.013)	23.987
Saldos em 30 de junho de 2010	25.000	3	50	25.053
Prejuízo do semestre	-	-	(1.066)	(1.066)
Reversão das reservas à prejuízos acumulados:				
Reserva legal	-	(3)	-	3
Reserva especial de lucro	-	-	(50)	50
Saldos em 31 de dezembro de 2010	25.000	-	(1.013)	23.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: Em 26 de outubro de 2009, mediante Assembléia Geral foi constituído o Banco Randon S.A., sob a forma de banco múltiplo com capital social de R\$ 25.000, homologado pelo Banco Central do Brasil em 14 de dezembro de 2009 e publicado no Diário Oficial em 18 de dezembro de 2009. Em 19 de janeiro de 2010 o Banco Randon S.A. obteve o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) junto ao Ministério da Fazenda sob o nº 11.476.673/0001-39 concluindo a partir desta data a sua formalização societária e fiscal. Em 20 de julho de 2010 o Banco Randon S.A. iniciou suas atividades operacionais, de acordo com o Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil - Bacen, realizando operações de crédito e financiamento, mediante a aplicação de recursos próprios, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, com foco principal nas oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 7 de fevereiro de 2011. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - Bacen, Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen.

3. Resumo das principais práticas contábeis: a) **Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros. d) **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor provável de realização em contrapartida do resultado do exercício; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor provável de realização em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado do exercício. e) **Operações de crédito:** Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. f) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo Bacen nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. g) **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis. h) **Imobilizado de uso:** Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. i) **Intangível:** Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de software) que tem por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco. Está demonstrado aos valores de custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 20% a.a., pelo método linear. j) **Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. k) **Depósitos a prazo:** Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquido das despesas financeiras a decorrer.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	15. Outras despesas administrativas		Exercício findo em 31 de dezembro de 2010
			2º Semestre de 2010	
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social.....	(1.652)	Despesas de alugueis	76	111
(+) Adições	54	Despesas de comunicação	87	131
(-) Exclusões	-	Despesas de processamento de dados.....	322	421
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente / (Diferido)	(1.598)	Despesas de serviços técnicos especializados.....	240	413
Imposto de Renda e contribuição no resultado	639	(*) Outras despesas administrativas.....	670	753
Diferido	639	Total	1.396	1.830
Os valores dos ativos, apresentam as seguintes expectativas de realização em 31 de dezembro de 2010:				
Ano				2010
2011.....	-			Ativo (Passivo)
2012.....	320			Receita (Despesa)
2013.....	319			2.421 (94)
	639			2.421 (94)

Não existem créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

14. Despesas de pessoal

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	2º Semestre de 2010	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010
Despesas com salários	786	1.179	1.179
Despesas com encargos	375	558	656
Outros	401	656	656
Total	1.562	2.393	2.393

O Banco possui saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2010. As operações com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. b) **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração do pessoal chave da Administração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 814 referente a benefícios de curto prazo. A Instituição não disponibiliza de outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

17. Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2010 não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

18. Limite operacional (Acordo da Basileia): As instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados

por fatores que variam de zero a 100%, conforme Resolução nº. 2.099/94 do Bacen. O Banco Central do Brasil - Bacen, através da Resolução nº. 3.490/07 instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basileia em 31 de dezembro de 2010 é de 95,96%, apurado conforme Circular nº 3.477/09.

Risco de crédito..... 1.223
Risco de mercado..... 186
Risco operacional..... 1.350
Patrimônio de referência exigido - PRE..... 2.750
Patrimônio de referência - PR..... 23.987
Excesso de patrimônio em relação ao exigido..... 22.228

19. Estrutura de gerenciamento de risco: a) **Risco operacional** - A Resolução nº 3.380 do Banco Central do Brasil - Bacen, dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional das instituições financeiras. O Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O Banco Randon, está alinhado com a referida resolução, sendo a descrição da estrutura de gerenciamento do risco operacional de acesso público, divulgada através de link em seu site na internet. b) **Risco de mercado** - Risco de Mercado conforme Resolução nº 3.464 do Banco Central do Brasil - Bacen, tem como objetivo apurar valor relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, sendo o seu valor reservado no patrimônio de referência. As exposições de risco de mercado, do Banco Randon, são controladas e administradas através da gestão dos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros. c) **Risco de liquidez** - A Resolução nº 2.804 do Banco Central do Brasil - Bacen, define e relaciona o risco de liquidez ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. Diariamente é monitorada a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios. d) **Risco de crédito** - O Risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras pela Instituição, decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, a Instituição adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores, delimitação dos níveis de exposição e garantias, entre outros instrumentos, para manutenção das exposições nos níveis aceitáveis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

CONTADOR

Alexandre Randon Presidente
Astor Milton Schmitt Vice-Presidente
Ricardo Alves da Conceição Conselheiro

Joarez José Piccinini Diretor Superintendente

Jaime Marchet Diretor Administrativo

Geraldo Santa Catharina Diretor Comercial

Marcelo Festucia Diretor de Crédito

Flavio Pesenatto - CRC/RS: 079908/O-3 Controller

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do **Banco Randon S.A.**, Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Randon S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras: A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes: Nossa responsabilidade é a de ex-

pressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como

a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO

Quality In Everything We Do

Auditores Independentes S.S.
CRC2SP015199/O-6/F-RS

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC1SP192685/O-9/S-RS